

Uso produtivo da terra

António Cipriano Pinheiro¹ e José Pimentel de Castro Coelho²

Os aspectos financeiros têm dominado a comunicação social e, aparentemente, a atenção de todos os governantes e da maior parte dos cidadãos. Sem dúvida que vivemos uma crise financeira grave, mas o bem-estar de cada um de nós só melhorará se a situação económica melhorar e para que ela melhore há muito a fazer em todos os sectores de actividade.

É sabido que as despesas com a alimentação constituem um dos nossos grandes e graves problemas. Para podermos comprar o alimento que necessitamos temos de pedir emprestados 3,6 mil milhões de Euros por ano, ou seja, cerca de dez milhões por dia, ou, mais simplesmente, um euro por dia e por português! Acrescente-se que, nalguns casos, os países que nos emprestam o dinheiro são os mesmos que, depois, nos vendem os alimentos. Nesta situação, parece pertinente formular a seguinte questão: será que nós temos recursos não aproveitados que permitam a produção dos bens necessários para, pelo menos, melhorarmos o equilíbrio da nossa balança alimentar? Claro que temos: a terra está aí sem ser aproveitada, o sol brilha sem que dele tiremos o máximo partido, a água corre para o mar sem que a aproveitemos e, acima de tudo, os nossos recursos humanos não são utilizados; há mais de seiscentas mil pessoas desempregadas! No sector alimentar podemos queixar-nos muito da Política Agrícola Comum, PAC, mas, em boa verdade, a maior responsabilidade é nossa: desde há décadas que não temos uma Política Agrícola Nacional, PAN. É fácil dizer que não produzimos, por exemplo, o trigo que necessitamos em condições competitivas porque as condições edafo-climáticas não o permitem. Mas como justificar que na última década tenhamos importado cerca de 50% do azeite que consumimos?

Os dados do recenseamento agrícola de 2009 (INE) confirmam que os pequenos agricultores portugueses continuam a desaparecer. Em 2009, a população agrícola familiar - formada pelo produtor agrícola e pelos membros do seu agregado doméstico, quer trabalhem ou não na exploração - totalizava cerca de 793 mil

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade de Évora: acap@uevora.pr

² Professor do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa: josecoelho@isa.utl.pt

indivíduos, aproximadamente 7% da população residente e menos 36% da população agrícola familiar recenseada em 1999. Em 2009 foram recenseadas 305 mil explorações agrícolas, menos 111 mil do que em 1999, o que significa que em dez anos uma em cada quatro explorações (25%) cessou a sua actividade.

O desaparecimento das muito pequenas (SAU³ <1 hectare) e pequenas (1 a 5 hectares de SAU) explorações agrícolas atingiu os 41% e os 24%, respectivamente. Em contrapartida, o número de explorações com mais de 100 hectares de SAU registou um aumento na ordem de 6%. Isto, traduziu-se assim num aumento da SAU média por exploração em mais de 2,5 hectares, passando de 9,3 hectares em 1999 para cerca de 12 hectares em 2009.

A análise agregada destes números pode levar-nos a concluir que a maior parte da terra libertada pelo desaparecimento das pequenas explorações foi absorvida pelas grandes explorações, e que, portanto, estaremos perante uma alteração da estrutura fundiária virtuosa. Todavia, a análise mais detalhada e regionalizada dos números e, sobretudo, da realidade aponta para a ocorrência de um acelerado despovoamento, declínio económico, abandono e consequente desordenamento do território e decréscimo de produção de alimentos nas zonas de predomínio do minifúndio, particularmente no centro e norte do país.

A verdade é que as repetidas e bem intencionadas tentativas da PAC para a promoção do mundo rural e da multifuncionalidade da actividade agrícola, reconhecendo o papel dos agricultores na protecção do ambiente e da paisagem rural e o contributo para o desenvolvimento local e ordenamento do território, na prática, têm sido um enorme falhanço em Portugal. Na realidade, constata-se que a PAC tem vindo a promover uma agricultura pouco competitiva, cada vez mais dependente das ajudas e, por isso, económica e socialmente insustentável.

A ideia de que é possível substituir o uso produtivo da terra por uma gestão de paisagens subsidiada por dinheiros públicos é simplesmente uma não solução no longo prazo, dado que isso, mais cedo ou mais tarde, seria sempre julgado como mau pelo desenvolvimento comercial, a vontade política, a engenharia social ou as finanças

³ SAU – Superfície Agrícola Útil

públicas. Para mais, a ausência de uma economia real mudaria irreversivelmente as características do nosso mundo rural - senão as suas paisagens, pelo menos os seus costumes, tradições e valores.

Se quisermos que o nosso mundo rural resista às crescentes pressões destrutivas da globalização e do desenvolvimento, preservando a economia, a paisagem e o habitat rural, temos de escolher políticas que facilitem e encorajem a máxima utilização económica e cultural da terra por aqueles que nela vivem e trabalham. Um mundo rural sustentável só pode ser o resultado da existência de comunidades sustentáveis e a salvaguarda dessas comunidades depende da maximização do uso produtivo da terra, para benefício de toda a sociedade. Para sobreviver e prosperar o mundo rural tem de abraçar a mudança – mas o uso produtivo e sustentável da terra tem de permanecer a raiz e a razão dessa mudança, e não tornar-se a sua vítima. A produção de alimentos pode e deve permanecer como o primeiro e o mais nobre uso da terra: não há justificação económica, social ou ambiental para permitir uma redução massiva da produção de alimentos às escalas nacional, europeia e, muito menos, mundial.⁴

No caso português, a juntar a tudo isto, é sabido que desde meados do século passado, devido à emigração, grandes áreas agro-florestais foram abandonadas, principalmente no norte e centro do país. Muitos dos donos dessas terras, daquela época, já morreram. Os seus herdeiros ficaram na França, Alemanha, Brasil, Estados Unidos da América, ou noutras paragens do mundo. A maior parte dessas pessoas já não sabem que ainda têm direito a uma parcela de terreno algures no local de origem dos seus pais ou avós, ou, se sabem que têm essa propriedade, desconhecem onde se localiza e não estão preocupados com isso. Nesta situação de abandono, estamos convictos, há muitos milhares de hectares espalhados pelo país. Esta terra não só não é aproveitada

⁴ A este propósito citamos as palavras do Papa Bento XVI, numa mensagem por ocasião do Dia Mundial da Alimentação de 2006, dia 16 de Outubro, dirigidas a Jacques Diouf, director geral da Organização da ONU para a alimentação e agricultura (FAO), segundo as quais a Agricultura é esquecida:

- "Hoje não se presta atenção suficiente à agricultura e isto subverte a ordem natural da criação, e compromete o respeito pela dignidade humana".

"Investir na agricultura para a segurança alimentar" foi o tema escolhido pelo Papa, e tinha como objectivo indicar que para combater a fome, a agricultura deve assumir destaque a nível mundial. Cerca de 850 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas, entre as quais 400 milhões são crianças.

Na mesma mensagem, o Papa recordou que "se devem abandonar os poderes e as causas dos conflitos, dos desastres naturais e o desinteresse da política pelo sector agrícola".

como, por não ser cuidada, é um foco de incêndios com todas as consequências que daí advêm.

Assim, não é de estranhar que em boa parte do nosso mundo rural, a tendência seja a de gente a menos e terra a mais. Esta terra a mais tende a ter um conteúdo de valor (de uso ou patrimonial) muito reduzido. Os excedentes de terra agrícola, têm pois que ser redistribuídos e/ou espacialmente reajustados pelos agricultores remanescentes e/ou novos, caso contrário, ficam ao abandono, com claras e negativas implicações para os terrenos confinantes, ou a jeito de especuladores de usos alternativos, certamente que individualmente favoráveis, mas colectivamente indesejados.

A nosso ver, só o Estado pode resolver esta situação! Como? Desde logo, elaborando o cadastro (ainda que simplificado) do território e aprovando um enquadramento legal e jurídico (de natureza persuasiva, ou coerciva) que faça com que aqueles que se considerem donos da propriedade reclamem os seus direitos. É urgente, por várias e boas razões económicas, fiscais e ambientais, saber quem é dono do quê. Uma medida deste alcance teria de ser largamente divulgada, não só nos órgãos de comunicação nacional como nas embaixadas e consulados portugueses espalhados por todo mundo, por um período suficientemente alargado, por exemplo de dois anos. Findo este prazo, as terras não reclamadas reverteriam a favor das autarquias locais que procederiam à constituição de um banco, ou de uma bolsa, de terras e promoveriam a sua alienação tendo em vista a viabilização de velhas e novas explorações agrícolas de claro pendor empresarial e comercial. Com esta medida, não só seria possível aumentar a escala e a competitividade das empresas agrícolas como, também, ordenar o território e dar sustentabilidade ao mundo rural, não esquecendo o impacte positivo para as finanças do Estado (autarquias).

Para garantir que a terra assim recuperada para a função produtiva fosse bem aproveitada, poderíamos, ainda, ir um pouco mais longe, exigindo aos novos e actuais empresários agrícolas candidatos à compra das mesmas a entrega e aprovação de um plano de exploração e viabilidade comercial, técnica, económica e financeira. O importante é que a terra disponibilizada pelo banco, ou a bolsa, de terras seja entregue: ou a quem já provou saber cuidar bem dela (actuais empresários de sucesso

que querem crescer); ou a quem prove ter um projecto empresarial sólido, consistente e potencialmente competitivo.

É claro que estamos conscientes de que uma medida deste tipo e com este alcance é controversa e muito difícil de tomar, porque alguns confundirão estes procedimentos com nacionalizações e outros invocarão os direitos inalienáveis da propriedade privada. Todavia, com esta medida não se pretende tirar nada seja a quem for. Pretende-se sim, por um lado, pôr ao serviço da sociedade as terras que estão abandonadas e que ninguém sabe a quem pertencem e, por outro lado, tornar mais rentáveis parcelas de terreno que dada a sua exígua dimensão ou não são cultivadas, ou se o são, não produzem os benefícios que podem e devem produzir.

Por último, acrescentamos que, a nosso ver, nunca tivemos melhores condições do que as que hoje temos, para pôr em marcha uma medida deste tipo. Desde logo, porque a crise que atravessamos exige um enorme e árduo esforço de reajustamento financeiro de todos (do Estado, das Empresas e das Famílias). Depois, porque a par desta disciplina orçamental, tem de existir recuperação e revitalização económica, de forma a termos crescimento do produto e do emprego, sob pena da correcção dos desequilíbrios financeiros ser meramente temporária e inconsequente. Tudo isto, concorre para a clara percepção do contexto de escassez de recursos em que vivemos mas, também, coloca a descoberto os elementos de paralisia da actividade económica e da vida social, como a terra abandonada e/ou desaproveitada. Em suma, acreditamos que nesta como noutras matérias, temos desperdícios de recursos que não mais nos podemos dar ao luxo de tolerar, a par de muitas potencialidades agrícolas e, sobretudo, humanas por explorar.